



Trabalho 229

A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT, MG

VIANA, S.M.N. (1); BOMFIM, R.H.C. (2); CARVALHO, S.A.G. (3)

(1) FAMINAS BH; UFMG; (2) Universidade Federal de Minas Gerais; (3) UNILESTE MG

Apresentadora:

SONIA MARIA NUNES VIANA (sonia.vn@zipmail.com.br)

INTRODUÇÃO: O artigo 200, da Constituição Federal de 1988, atribui ao SUS a competência de ordenar a formação de profissionais na área da Saúde. O Ministério da Saúde desenvolve estratégias e políticas voltadas para a adequação da formação e qualificação dos trabalhadores de saúde às necessidades da população e ao desenvolvimento do SUS. A educação na saúde foi descrita na Lei Orgânica da Saúde (Leis Federais nºs 8.080/90 e 8.142/90), na NOB-RH/SUS (Resolução CNS nº. 330, de 4 de novembro de 2003), e posteriormente nas diretrizes e na regulamentação do Pacto de Gestão pela Saúde. A Educação Permanente é descrita como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho; se baseia na aprendizagem com a possibilidade de transformar as práticas profissionais e podendo ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, que acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) propõe processos de educação dos trabalhadores da saúde e considera que as suas necessidades de formação e desenvolvimento sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Ao analisar a questão da educação permanente no município de Santos Dumont, MG, segundo as propostas da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, percebe-se a necessidade de implantação da mesma, de acordo com as atribuições estabelecidas para todos os municípios. Surgem a partir desta análise alguns questionamentos de como implantar esta política no município de Santos Dumont: o município conta com profissionais comprometidos com a implantação da mesma? Os atuais instrumentos de gestão fazem alusão a esta política? Há previsão de recursos financeiros para adoção da mesma? Como criar um espaço de articulação e observância dos princípios da educação permanente em saúde no município? Como identificar, incorporar e organizar as demandas oriundas das transformações tecnológicas na área de saúde? A partir destas questões estabeleceu-se a necessidade de um projeto voltado inicialmente para a implantação de um núcleo de profissionais envolvidos com a educação permanente dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e posteriormente para todos os funcionários do SUS do município. Este trabalho não pretendeu responder todas as questões supracitadas ou resolvê-las de forma imediata, mas propor a criação de um espaço para a discussão das mesmas com a formação do Núcleo de Educação Permanente, de forma interdisciplinar e multiprofissional com o objetivo de promover a discussão, estabelecer parcerias, divulgar oportunidades para que os profissionais participem desta forma de educação. Santos Dumont localiza-se na Mesorregião da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais. Possui cerca de 45.052 habitantes. Sua Secretaria Municipal de Saúde conta com 276 funcionários. O controle social é desenvolvido pelo Conselho Municipal de Saúde. Em todos os setores é imperiosa a necessidade de EPS, principalmente para atender as demandas oriundas da implantação de novas tecnologias em saúde e as relativas à humanização do atendimento e diversas outras. O município possui em torno de 50% de cobertura pela Estratégia Saúde da Família. Todo profissional deste programa precisa ser capaz de atuar com criatividade e senso crítico, mediante uma prática humanizada, competente e resolutiva, que envolve ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. É nítida a necessidade de capacitação dos profissionais para o desempenho das suas funções a fim de assegurar a melhoria da qualidade do atendimento. Este projeto se justificou, portanto pela necessidade da formulação e implementação da educação permanente para os profissionais do SUS do município de Santos Dumont de acordo com as políticas públicas previstas para o setor. **OBJETIVOS:** Identificar as demandas a partir do perfil dos profissionais de saúde do SUS no município, assim possibilitar a criação de um espaço de articulação e observância dos princípios da educação permanente em saúde para a construção de uma gestão participativa para as decisões e ações da EPS,



Trabalho 229

com foco nas especificidades e necessidades locais. **METODOLOGIA:** Elaboração de um projeto de intervenção através do estudo do referencial teórico, análise de documentos oficiais, acerca dos campos que envolvem a educação em saúde. Estabelecimento de metas para serem implementadas pelos gestores municipais a fim de desenvolver a EPS. A elaboração do plano de ação baseou-se na técnica conhecida como 5W1H? (O quê? Por que? Quem? Onde? Quando? Como?) e estabelecido um indicador para a avaliação posterior. Foram definidos critérios para o monitoramento e avaliação da proposta de intervenção quanto à EPS. **RESULTADOS:** Através da realização da intervenção espera-se que ocorra inicialmente a sensibilização dos gestores, coordenadores, responsáveis por setores diversos, profissionais de saúde e a população em geral sobre a importância da Educação Permanente em Saúde e a implantação desta política no município de Santos Dumont. A partir desta sensibilização a formação do Núcleo de EPS se tornará o marco inicial para uma sucessão de atividades que propiciarão diversas formas de capacitação e participação em eventos ligados à educação permanente. **CONCLUSÃO:** essa proposta de intervenção possibilitará que a importância da educação permanente seja discutido de forma democrática, com a participação dos interessados e revertendo em benefícios aos profissionais e usuários do SUS. Ao analisar a PNEPS é possível contemplar as potencialidades para a sua implantação no município de forma que os profissionais contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos usuários. A inclusão de uma política de EPS no município constitui uma potencialidade, mas ao mesmo tempo um desafio, pois caberá aos coordenadores mostrar a relevância do trabalho em equipe, alinhados com o fato de que a melhoria da qualidade de vida é o principal objetivo da EPS. Esta qualidade não ocorrerá uma situação imposta, mas decorrerá da participação do profissional como agente de mudanças em seu local de trabalho e em sua comunidade. Com base nas reflexões das políticas de educação em saúde os usuários seriam atendidos por profissionais melhor qualificados, o que amplia sua realização profissional, transmitindo a eles mais segurança e acolhimento. **CONTRIBUIÇÕES/IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM:** a educação em saúde pode ser vista como um modo de pensar e de operar articulado às demais políticas desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro, que contribui, portanto, para a construção de ações que possibilitam responder às necessidades sociais em saúde. A enfermagem, parte da equipe multiprofissional agrega valores com a educação em saúde aprendendo com a prática e acrescentando em sua bagagem conhecimentos indispensáveis para o atendimento de qualidade.